

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA

Lucas Félix Vilela

O problema do café no Brasil de Delfim Netto, e a "modernização" do ensino de economia na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP

Varginha/MG

2023

Lucas Félix Vilela

O problema do café no Brasil, de Delfim Netto e a "modernização" do ensino de economia na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP

Trabalho de Conclusão do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX), apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência e Economia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Pereira Silva

Varginha/MG

2023

Lucas Félix Vilela

O problema do café no Brasil, de Delfim Netto e a "modernização" do ensino de economia na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP

A banca examinadora, abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX) apresentado como parte dos requisitos para conclusão do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas/MG.

Aprovado em:

Prof. Dr. Bruno Aidar Costa

Assinatura: _____ Universidade Federal de Alfenas - *campus* Varginha.

Prof. Dr. Thiago Rosado Fontelas Gambi

Assinatura: _____ Universidade Federal de Alfenas - *campus* Varginha.

Prof. Dr. Roberto Pereira Silva

Assinatura: _____ Universidade Federal de Alfenas - *campus* Varginha.

Varginha/MG

2023

Resumo

Este trabalho tem como objetivo a análise bibliográfica do surgimento do campo da ciência econômica no Brasil enquanto formação de nível superior. Como consequência do projeto de integração e expansão universitária, temos a formação de economistas aptos tanto na área profissional quanto na área acadêmica, visto que ocupavam cargos na esfera privada, na esfera pública, principalmente em alguns cargos estratégicos no governo visando fomentar o desenvolvimento da nação, e também, nas universidades como pesquisadores e professores. Por fim, buscando identificar esse processo de institucionalização na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA), analisaremos a obra *O Problema do Café no Brasil*, tese de livre-docência de Antônio Delfim Netto, ressaltando o impacto do curso de Economia no campo acadêmico e nos debates econômicos, de acordo com a conjuntura histórica da época em que o Brasil estava inserido. Trazendo ao debate, sua contribuição para a difusão da teoria econômica moderna, por meio de instrumentos econômicos estatísticos, quantitativos e macroeconômicos, trabalhados para ilustrar a economia cafeeira no Brasil.

Palavras-chave: Historiografia; ciências econômicas; integração universitária; Antônio Delfim Netto; café; *O Problema do Café no Brasil*.

SUMÁRIO

Capítulo 2 - Origens do ensino de economia no brasil	6
2.1 Ensino Técnico Comercial – Primeira República	6
2.2 A integração do curso de Economia à estrutura universitária – Quarta República até à contemporaneidade.....	7
Capítulo 3 - A demanda por economistas pelo setor público e privado	8
3.2 A Profissionalização Do Economista	10
3.3 A Participação Estratégica Dos Economistas No Governo	12
Capítulo 4 - O curso de Economia da Universidade de São Paulo	15
4.1 A Consolidação da Ciências Econômicas na FEA-USP.....	15
4.2 A reforma de 1964 para consolidação da FCEA-USP.....	18
Capítulo 5 - A trajetória de Antonio Delfim Netto e sua contribuição para o campo da economia	20
5.1 António Delfim Netto: dados biográficos	20
5.2 Os instrumentos da Economia Moderna na obra O Problema do Café no Brasil	21
5.3 Análise dos instrumentos de economia moderna	22

Introdução

Neste trabalho serão apresentadas as mudanças ocorridas na transformação do curso de economia, do estudo do comércio até a sua formalização como ciências econômicas no espaço universitário, dando enfoque para o caso da Faculdade de Economia e Administração, Contabilidade e Atuária – USP, que colaborou com a formação do campo econômico brasileiro, através da formação de economistas preparados tanto no aspecto teórico quanto prático para entender as contradições socioeconômicas enfrentadas pelo Brasil.

A primeira seção mostra a transformação do Ensino Técnico Comercial, instaurado no período da primeira república, as mudanças estruturais no curso e a incorporação das Ciências Econômicas como curso superior e sua integralização no espaço universitário, a partir de reformas no sistema educacional brasileiro.

A segunda e terceira seção trazem a releitura historiográfica da construção do campo dos economistas no Brasil, formado através da integração universitária, trazendo a perspectiva da FEA-USP e sua contribuição para construção do papel do economista.

Por fim, a quarta seção traz a releitura do livro *O Problema do Café no Brasil*, tese de livre-docência de Antônio Delfim Netto para a FEA-USP, que foi ministro da economia durante o período conhecido como “milagre econômico”, contextualizando a importância da obra na conjuntura econômica da época.

Capítulo 2 - Origens do ensino de economia no Brasil

2.1 Ensino Técnico Comercial – Primeira República

Segundo Castro, “No período da Primeira República (1889-1930) foram criadas quatorze novas faculdades de direito, todas elas contempladas com a disciplina de Economia Política.” (CASTRO, 2020). Embora o curso de Economia Política tenha sido criado em 1827, ele se estendia também para o curso de Engenharia, e era estudado de forma complementar. Nesse caso a economia era utilizada como instrumento complementar, restrita aos seus aspectos técnicos e menos teóricos, contribuindo fortemente nas áreas de estudo quantitativas, logo, a inclusão da Economia Política, elucidada as transformações para formação da futura grade curricular do curso de economia e suas áreas de estudo.

O Brasil, por ser um grande exportador de matérias-primas, tinha a condução de suas políticas econômicas realizadas por governantes, em grande maioria advogados, sem qualquer formação em economia. Diante disso, surge a demanda pelo conhecimento mais teórico de comércio e de economia como um todo, e por conseguinte a formação de políticos e profissionais qualificados para entender melhor os problemas econômicos da nossa sociedade.

“o início do ensino de economia no Brasil Imperial foi marcado pelas aulas de comércio para em seguida se desdobrar em dois segmentos: o estudo teórico, concentrado nas faculdades de direito, e o estudo dirigido às questões práticas, presentes nas aulas dos institutos de comércio”. (CASTRO, 2020).

Em 1856 foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, onde era ofertado o Ensino Técnico Comercial: o primeiro curso voltado para a área da economia, o qual buscava desenvolver competências práticas e com pensamento crítico voltado para a resolução de problemas com foco na gestão de negócios. É possível observar que, em meados do século XIX, as relações comerciais do mercado interno brasileiro começaram a se tornar mais complexas devido ao seu desenvolvimento, mas sem perder o foco nas exportações.

A conclusão do Ensino Técnico Comercial se dava como pré-condição ao ingresso no ensino superior Comercial, e destinava-se, também, à formação de guarda-livros, peritos judiciais e empregados da Fazenda. Já a disciplina de Economia deixou de fazer parte da grade curricular do ensino técnico comercial e foi transferida para o curso superior, que buscava formar agentes consulares, funcionários do Ministério de Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros, chefes de contabilidade de bancos e grandes empresas comerciais, sendo mais restritos a classes sociais que detinham um maior poder aquisitivo e tinham condição de custear os estudos, visto que criava condições dos ocupantes desta classe se apossarem de cargos mais elevados na esfera pública e privada.

O padrão do ensino oficial de Comércio se constituiu na Academia de Ciências Comerciais do Rio de Janeiro, incluindo disciplinas de caráter técnico, Economia Política, Ciência da Administração, Psicologia, Geografia Econômica, História Econômica e da área do Direito, colocando horizontes largos na consideração dos fenômenos econômicos. A conclusão do curso superior, após a conclusão do ensino técnico e as demais matérias, conferi aos diplomados o grau superior em Ciências Econômicas e Comerciais.

2.2 A integração do curso de Economia à estrutura universitária – Quarta República até à contemporaneidade

Em 30 de Junho de 1931, a reforma do ensino comercial implicou uma nova formulação do ensino superior de Economia, com a finalidade de desenvolver o ensino comercial brasileiro, estabelecendo dois níveis distintos de grau médio: o propedêutico e o técnico, ambos profissionalizantes, o segundo com várias especializações.

Durante o governo Vargas, houve a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, pelo ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, um marco estrutural de regulação para a educação superior brasileira onde era determinado que:

“à universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica”. (Oliveira, 2002, p. 3).”

Com relação ao Estatuto das Universidades Brasileiras devemos nos atentar a dois pontos: a união das escolas e faculdades em uma estrutura universitária, que respondiam a uma unidade administrativa em comum, a reitoria. E a criação da cátedra, posição designada para professores desenvolverem seus trabalhos de pesquisa e ensino, com ênfase na formação de novos educadores para as universidades brasileiras.

A formação de novos educadores fundava-se na regulação da educação superior alinhada com a reforma no sistema educacional, formando professores brasileiros altamente qualificados na área acadêmica. Preparados para analisar as contradições e modo de organização da sociedade brasileira, bem como ministrar aulas para a formação de novos estudantes nos cursos superiores.

A Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, atual Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi pioneira na integração do curso de economia na estrutura universitária, em 1946. Dessa forma, o currículo adotado passou a ser padrão no país.

Capítulo 3 - A demanda por economistas pelo setor público e privado

3.1 As novas funções do Estado e busca por técnicos

Ao fazer uma análise da transformação do sistema educacional no Brasil até os anos 30, é possível observar que a regulamentação e a padronização dos cursos superiores convergiram ao interesse político de desenvolver a reflexão acerca dos problemas enfrentados pela nação, a fim de solucioná-los. A partir dos anos 30, com os processos de centralização política e de expansão do controle da economia por parte do Estado no Brasil (LOUREIRO, 1997), a demanda por economistas surge em função da ocupação de cargos na esfera pública, com a finalidade de compreender nossa conjuntura econômica e auxiliar na tomada de decisões, frente ao projeto de estabelecer o Brasil como nação.

Durante o Estado-Novo ocorreu um alinhamento entre a concepção ideológica desse período e os princípios do corporativismo, que concebia a sociedade como uma 'estrutura' composta principalmente por corporações profissionais, as quais desempenhariam um papel fundamental na busca pela prosperidade nacional e na coesão social. Esse alinhamento resultou em uma valorização das profissões durante o governo de Getúlio Vargas, acompanhada de um discurso e ações favoráveis ao planejamento, mesmo diante da ausência de uma política global claramente delineada para a industrialização do país.

O curso de Administração e Finanças criado pelo Decreto-Lei nº 20.158, de 30 de junho de 1931 na Universidade de São Paulo, não chegou a ser implementado. Teve a finalidade de padronizar o ensino da economia em um curso com duração de 3 anos

que concede o título de “bacharel em Ciências Econômicas”. Isso representa a intenção em revelar qual seria a ocupação dos primeiros economistas que se formaram no ensino comercial, visto que naquele período os profissionais de Contabilidade, Direito e Engenharia atuavam na esfera administrativa e financeira, tanto no setor público quanto privado.

É nessa direção que podemos compreender as reformas nos planos de ensino já mencionadas acima. O projeto de 1931 incluía uma variedade de disciplinas, tais como: Matemática Financeira, Geografia Econômica, Economia Política, Finanças e Economia Bancária, História Econômica da América e Fontes de Riqueza Nacional, Direito Constitucional e Civil, Direito Internacional Comercial, Direito Administrativo, Direito Industrial e Operário, Direito Público Internacional, Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado, Legislação Consular, Ciência da Administração, Contabilidade de Transportes, Contabilidade Pública, Psicologia, Lógica e Ética, e Sociologia. Percebe-se claramente que o currículo é amplamente focado em disciplinas relacionadas ao Direito, o que pode ser explicado pela exigência de conhecimentos necessários para ocupar cargos tanto no setor público quanto no privado nessa área. Essa ênfase também pode ser atribuída à presença predominante de profissionais com formação jurídica na elaboração desse currículo.

Já no ano de 1945, houve uma mudança significativa na legislação com a criação dos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais, através do decreto-lei 7.988 de 22 de dezembro de 1945. Isso implicou na extinção do curso superior de Administração e Finanças e do curso de Atuário. A partir dessa alteração, os cursos de Economia, Contabilidade e Atuária passaram a integrar a lista de cursos de nível universitário, equiparando-se plenamente às outras áreas do conhecimento, tais como Medicina, Direito e Engenharia.

“O curso de Ciências Econômicas passou a ter a duração de quatro anos e as seguintes disciplinas: Complementos de Matemática, Economia Política, Valor e Formação de Preços 1 e 2, Contabilidade Geral, Instituições de Direito Público, Estrutura das Organizações Econômicas, Moeda e Crédito, Geografia Econômica, Estrutura e Análise de Balanços, Instituições de Direito Privado, Repartição da Renda Nacional, Comércio Internacional e Câmbios, Estatística Metodológica, História Econômica, Ciência das Finanças, História das Doutrinas Econômicas, Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos, Estatística Econômica, Princípios de Sociologia Aplicados a Economia.” (Saes, 2000, p. 45).

O novo currículo do curso de ciências econômicas, instituído em 1945, reflete uma tentativa de delimitar de forma mais precisa o campo da economia, afastando-se tanto da contabilidade como do direito. Essa nova formação se diferencia da de 1931 por dois motivos: primeiro, o currículo passa a ser mais amplo, com duração de 4 anos e com o aprofundamento das bases comerciais adquiridas no ensino secundário, deixando de ter uma natureza genérica, se separando das disciplinas de estudos contábeis, jurídicos e administrativos em uma composição complexa, para se concentrar especialmente na formação do economista, ministrando para isso estudos completos e avançados de ciências econômicas.

Assim, entre os anos de 1931 e 1945, ocorreu uma diferenciação no currículo e no campo de estudo da Economia. Essa mudança foi parte de um processo contínuo de reformas estruturais no ensino comercial. Através dessa diferenciação, a Economia se destacou como uma área de conhecimento autônoma em relação às tradições de ensino e pensamento econômico das cadeiras de Economia Política das Faculdades de Direito e Engenharia. A distinção entre Economia, Contabilidade e Direito tornou-se mais clara, consolidando a autonomia da Economia como uma disciplina independente.

“A criação do curso de Economia no Rio de Janeiro atendeu a uma demanda profissional específica no mercado de trabalho dos órgãos estatais e institutos de planejamento. Em São Paulo, por outro lado, a criação do curso estava mais associada à aspiração de setores das classes médias urbanas por um status social, acadêmico e profissional mais elevado do que o de contador, visto que esses setores não tinham acesso às profissões tradicionais de elite, como Direito, Medicina e Engenharia.” (SAES, 2000, p.46).

Ao longo dos anos 30-50, a criação de conselhos técnicos e comissões econômicas nacionais e internacionais, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Assessoria Econômica de Vargas, do Plano de Metas e os grupos executivos setoriais do governo de Juscelino (LOUREIRO, 1997), abriram espaço para a transformação da informação técnica em recurso político, pelo deslocamento dos centros de decisão para as instituições de planejamento econômico, estimulando a disputa de interesses de grupos empresariais e veículos de formação de ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas. A designação de economistas para atuação nessas instituições fomentou a formação do pensamento econômico no Brasil e a formulação de teorias explicativas acerca da conjuntura econômica da época.

3.2 A Profissionalização Do Economista

A partir da década de 30, podemos observar que as reformas estruturais no sistema de Educação favoreceram o planejamento estratégico do Estado em consolidar o ensino superior no Brasil. As Universidades proporcionaram a profissionalização técnica e o desenvolvimento do conhecimento teórico intelectualizado a partir da perspectiva da nação brasileira frente aos seus problemas e contradições.

A consolidação do ensino superior de economia reforça a ideia de desenvolver o arcabouço científico brasileiro e o projeto de Estado para tal. Além de suprir a demanda crescente por profissionais com habilidades de análise crítica e de planejamento para ocupar os cargos governamentais para execução de tais projetos.

Segundo Bielschowsky, a história intelectual da ideia das ciências econômicas, principalmente na América Latina, provém da riqueza da criatividade associada aos contextos históricos. Logo, a elevação da economia ao curso superior, estimulou o pensamento econômico baseado no arcabouço científico que estava sendo criado, para o desenvolvimento brasileiro.

As principais correntes de pensamento econômico que buscavam compreender o cenário brasileiro se dividiam em cinco, três delas eram variantes do desenvolvimentismo, o desenvolvimentismo do setor privado, desenvolvimentismo não “nacionalista” e do setor público e desenvolvimentismo “nacionalista” do setor público, as outras duas eram o neoliberalismo (a direita do desenvolvimentismo) e o socialismo (a sua esquerda).

O desenvolvimentismo teve sua origem no período de 1930 a 1945, impulsionado pela crise econômica internacional, suas repercussões internas e a consolidação do poder político centralizado no país após a revolução de 1930. Esses fatores foram determinantes para o surgimento dessa ideologia econômica, cujo objetivo central era impulsionar o desenvolvimento do Brasil por meio da industrialização e do fortalecimento do mercado interno. Isso era fundamentado em um projeto econômico que se baseava nos seguintes postulados fundamentais:

1. “A industrialização integral é o caminho para superar a pobreza e o subdesenvolvimento do Brasil;
2. Não há possibilidade de conquistar uma industrialização suficiente e racional do país mediante o jogo espontâneo das forças do mercado, e por isso é necessário que o Estado planeje o processo;
3. O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão;
4. O Estado deve, ainda, orientar a expansão, captando e fornecendo recursos financeiros, e realizando investimentos diretos naqueles setores nos quais a iniciativa privada é insuficiente.” (Bielschowsky, 1997)

A corrente desenvolvimentista nasceu a partir do planejamento nacional para consolidação do Brasil como Estado-nação frente às potências econômicas da época, trazendo o Estado e o capital nacional como protagonista no projeto de industrialização brasileiro. O campo dos desenvolvimentistas não nacionalistas no setor público, influentes na esfera do governo mesmo sendo menos numerosos do que a nacionalista, acreditava que o projeto de industrialização podia beneficiar-se amplamente dos investimentos estrangeiros, colocando-os como agentes do desenvolvimento.

Essa corrente de pensamento surgiu principalmente no início dos anos 1950, centrada em torno do projeto que estabeleceu a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1950-1954) durante o segundo governo de Vargas. Essa comissão foi responsável por estudar 41 projetos de investimentos em infraestrutura. Além disso, nessa época foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), fundado em 1952, como parte integrante dessa abordagem desenvolvimentista.

“Nesse projeto, que teria o apoio dos desenvolvimentistas nacionalistas, apareciam os principais nomes do desenvolvimentismo não nacionalista: Horácio Lafer, Valentim Boucas, Ary Torres, Glycon de Paiva e, em fase de formação ideológica para um posterior alinhamento, o então nacionalista Roberto Campos”. (Bielschowsky, 1997)

Observa-se que a experiência prática adquirida pelos economistas se dá em grande parte por meio da atuação na esfera pública, principalmente nas instituições governamentais criadas a partir dos anos 30, que almejavam consolidar o desenvolvimento econômico através da industrialização.

Podemos ressaltar que a condução do plano de desenvolvimento para a área da Educação, ocorreu de forma lenta e gradual. A ampliação das instituições governamentais alinhada com as Universidades abria espaço para os economistas seguirem carreira na esfera pública, privada ou acadêmica. Como exemplo, analisaremos a contribuição de Antonio Delfim Netto para a FCEA-USP tanto como estudante quanto professor.

Em suma, a implementação do curso superior de economia no Brasil durante o período de industrialização e abertura para empresas multinacionais foi uma resposta às necessidades tanto dos indivíduos em busca de status e reconhecimento, quanto das empresas em busca de profissionais qualificados. O curso desempenhou um papel crucial na formação de economistas capacitados para impulsionar tanto o setor público, na busca pela modernização do Estado, quanto o setor privado, no fomento ao crescimento econômico e à competitividade empresarial no país.

Com o desenvolvimento econômico a partir da década de 40, a complexidade do sistema econômico brasileiro demanda a modernização do ensino de economia, para que pudéssemos compreender com mais clareza a conjuntura em que se vivia o Brasil. A reforma de 1964 na Faculdade de Economia e Administração (FCEA) consolidou essas demandas, proporcionando uma formação atualizada e alinhada às necessidades do contexto socioeconômico

3.3 A Participação Estratégica Dos Economistas No Governo

Durante os anos 30, em um contexto internacional marcado pela Grande Depressão, houve uma série de mudanças significativas que contribuíram para a emergência do papel dos economistas na formulação de políticas governamentais.

A crise econômica impulsionou uma mudança no entendimento do papel do Estado na economia. Antes, prevalecia a ideia de não intervenção governamental, mas a crise revelou as limitações dessa abordagem. Surgiu a visão de que o governo deveria ter um papel ativo na gestão econômica, demandando a presença de economistas para desenvolver e implementar políticas econômicas eficazes.

Como resultado da crise, o Brasil vivenciou uma queda nas exportações, um aumento significativo do desemprego e uma redução na produção. O governo brasileiro adotou medidas expansionistas, como aumento dos gastos públicos e estímulo ao investimento em infraestrutura, para enfrentar a recessão e promover a recuperação econômica. Essas ações refletiram uma compreensão crescente do papel do Estado na estabilização da economia e no estímulo ao desenvolvimento. Paralelamente, o país passou por um processo acelerado de industrialização, com políticas de substituição de importações, o que demandou uma maior intervenção estatal na economia, através da criação de instituições, agências governamentais e conselhos técnicos voltadas para o planejamento e regulação do setor industrial.

A política de reestruturação realizada no aparato estatal da época, através da criação de agências, instituições governamentais e conselhos técnicos, para

promover o desenvolvimento brasileiro, tornava os economistas recursos valiosos para atuarem como gestores e planejadores nessas instituições.

Podemos citar como exemplo de instituições criadas com o propósito de desenvolver o país, a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), uma instituição financeira criada em 1945 durante o governo de Getúlio Vargas. Sua função era regular e supervisionar o sistema financeiro do país, emitir a moeda nacional, controlar a política monetária e fiscal, supervisionar os bancos e instituições financeiras, além de regular o crédito e a taxa de juros, buscando a estabilidade econômica e financeira do Brasil. O BNDE, instituição criada para financiar e apoiar projetos que impulsionassem a industrialização, infraestrutura, setor de serviços e setores estratégicos da economia. E os conselhos técnicos, com o objetivo de elaborar estudos e sugerir políticas para os setores econômicos prioritários, como energia, transportes, recursos minerais, ou ainda relativo às finanças públicas, que funcionavam no âmbito de algum ministério e eram compostos de políticos, empresários e técnicos escolhidos pelo presidente da República.

Nesse processo, percebe-se a emergência dos economistas como planejadores do desenvolvimento econômico. Com a elevação da economia como curso superior, esses economistas que até então não tinham amplo conhecimento a respeito da economia moderna, em que se utilizava modelos quantitativos e estudos direcionados a áreas específicas como a estatística e a microeconomia passaram a se beneficiar de sua formação e influência entre o meio político, para se estabelecerem profissionalmente na esfera pública.

As lideranças políticas no poder determinavam quais seriam os economistas responsáveis por articular e desenvolver as políticas econômicas, logo, o conhecimento técnico andava junto com o projeto político em questão.

A ocupação dos economistas na esfera pública acaba tornando esse espaço um catalisador de disputa de interesses políticos, Para elucidar com um exemplo a configuração desse espaço como disputa de interesse, Luciano Martins retrata que quase todas as demandas de financiamento para os investimentos industriais do setor público e do setor privado, durante o governo Juscelino Kubistchek, passaram pelo crivo do BNDE, o tornando uma instituição importante no jogo das elites políticas, e quem poderia aprovar ou reprovar algum projeto em tramitação nesta entidade, eram os economistas que atuavam lá, isso os tornava uma autoridade imediata (Martins, 1997:25, apud: Loureiro, 1997, p.25) .

Essas instituições também tiveram papel significativo na formação prática desses economistas, como forma de complementar seu arcabouço de conhecimentos econômicos. Por exemplo, de acordo com o idealizador da SUMOC, Octavio Gouvêa de Bulhões, ela foi uma instituição que serviu também como instrumento de preparação do futuro Banco Central.

Buscando analisar de forma ampla as instituições governamentais, suas principais funções e integrantes, o quadro 1 apresenta a listagem das agências governamentais de gestão econômica e das instituições sediadas no Rio de Janeiro, o centro mais importante de estudos e debates econômicos do país da época.

Podemos destacar as funções e os integrantes de destaque da SUMOC, BB BNDE, CFCE e o Ministério da Fazenda.

Organismos governamentais de gestão econômica e instituições de estudos e debates econômicos no Rio de Janeiro e seus principais integrantes (1930-64)		
Nome/Data de criação	Principal função	Integrantes a destacar
Seção de Estudos Econômicos/Ministério da Fazenda (1934-45)	Assessoria do ministro Sousa Dantas (Estado Novo)	Octavio Gouvêa Bulhões Eduardo Lopes Rodrigues
Depto. Administrativo do Serviço Público (Dasp, 1938)	Controle do Orçamento ("Superministério" do Estado Novo)	Simões Lopes, Arizio Viana, Celso Furtado, Cleanto Paiva
SUMOC/Banco do Brasil (1945)	Controle da política monetária e cambial (embrião do Banco Central)	Octavio Gouvêa Bulhões, Herculano Borges da Fonseca, Paulo Lira
BNDE (1952)	Financiamento do desenvolvimento econômico	Roberto Campos, Lucas Lopes, Glycon de Paiva, Ignácio Rangel

Fonte: LOUREIRO, M. R. OS ECONOMISTAS NO GOVERNO. P,29,30 e 31. Dados da autora.

Vale ressaltar a formação de Octavio Gouvêa Bulhões como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Rio de Janeiro, tendo feito curso de especialização em Economia na American University em Washington. Mesmo não sendo formado em economia, teve papel de destaque atuando na esfera pública como superintendente da SUMOC, Ministro da Fazenda, dentre outros órgãos de planejamento, e também na esfera privada, como presidente do Conselho do Unibanco, presidente do Conselho do Banco Comind, dentre outras agências financeiras.

Essa ocupação de posições estratégicas tanto no governo quanto no setor privado possibilitou a construção do conhecimento de forma mais prática acerca da economia e o caso de Bulhões é um reflexo da formação do campo dos economistas e sua consolidação profissional.

Capítulo 4 - O curso de Economia da Universidade de São Paulo

4.1 A Consolidação da Ciências Econômicas na FEA-USP

Em 30 de junho de 1931, através do Decreto-Lei nº 20.158, houve a criação do curso superior de Administração e Finanças com duração de 3 anos que concedia o diploma de bacharel em Ciências Econômicas. Ao reformar o ensino comercial, o

decreto formou um curso propedêutico e ramificou em cursos técnicos profissionalizantes os demais cursos provenientes do ensino comercial, como: secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e perito-contador, além de um curso elementar de auxiliar de comércio (SAES, 2014)

Em 1934, a Economia Política se integra à grade curricular do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, inaugurando o ensino das Ciências Sociais em nível superior, reforçando o interesse da nação pelo desenvolvimento científico, dado a incorporação do estudo do homem em sociedade.

A interdisciplinaridade da economia, além do ensino comercial, administrativo e contábil, enseja um projeto político frente ao governo e à elite brasileira. Observa-se o aumento de universidades privadas, que se inicia por meio das reformas do sistema educacional na década de 30, mas que surte efeito de fato entre os anos 40-50. O estudo da economia passa a abordar temas que se concentram na formação de profissionais para atuarem na esfera pública e privada, visto o grau de complexidade em que se encontrava nosso sistema econômico.

A reforma do ensino comercial reformulou o ensino superior da Economia, corrigindo a preocupação contabilista da organização anterior, em 1931, assim, em 1934 criou-se como instituição a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, que não chegou a ser instalada, mas tinha como objetivo promover a alta cultura econômica e comercial e fornecer preparação científica para as profissões e ofícios da atividade econômica e comercial.

Em 26 de janeiro de 1946 o Decreto-Lei estadual nº 15.601, que incorporava a Faculdade à estrutura universitária. Assim, atribui-se o ensino oficial da Economia e Administração no “modelo paulista” de Universidade propondo, “[...] a colaboração para o desenvolvimento da ciência, através da pesquisa, a proporcionar o ensino dos conhecimentos que enriquecem ou desenvolvem o espírito ou sejam úteis à vida, a prepara para os quadros técnicos, profissionais e especialistas necessários ao país; e, finalmente, promover oportunidades de extensão cultural para as camadas populares”. (CANABRAVA, 1984).

O estabelecimento da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) na Universidade de São Paulo marca a passagem da economia como instrumento complementar quantitativo em áreas restritas da Engenharia, e dos Cursos Superiores em Comércio, Administração e Finanças, para o nível superior, de cursos oferecidos na FCEA na forma de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais.

A constituição do corpo docente da FCEA, se deu pelo recrutamento dos professores na capital paulista, em outros institutos pertencentes à USP como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), a Faculdade de Direito, Engenharia e Contabilidade. A geração pioneira de professores era composta de catedráticos e sua equipe de trabalho: Assistentes e Auxiliares de Ensino, representando a matriz que implantou o curso de Graduação em Economia da FEA/USP (PINHO, 1984).

Vale ressaltar que os pioneiros foram responsáveis pela formação das equipes de trabalho em 1946. E em 1964 tiveram papel importante na elaboração do planejamento econômico regional e nacional do Brasil, além da orientação da política econômica no nível municipal, e posteriormente se estendendo ao estadual e ao federal.

No momento da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1934, foi decidido contratar professores estrangeiros para muitas das disciplinas, e esses professores seriam vinculados às respectivas cátedras. No entanto, ao organizar a FCEA (Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas), houve uma ênfase na busca por docentes brasileiros, principalmente do Estado de São Paulo, que já tinham experiência no ensino superior, no Ensino Ginásial ou no Ensino Comercial.

De acordo com Saes e Marques de Saes (2021), a maioria dos docentes do curso de Ciências Econômicas em 1946 havia se formado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, enquanto outra parte era proveniente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, abrangendo os cursos de Ciências Sociais, Geografia, História e Matemática. Dos 37 docentes do curso de Ciências Econômicas naquele ano, 19 eram graduados em Direito e 13 na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.

A influência do direito, das ciências sociais e das demais matérias referentes à área de Humanas, na ciência econômica, foi de extrema importância para formação de economistas com senso crítico apurado na análise socioeconômica do país e na estruturação de planos econômicos, pensados a partir das dificuldades enfrentadas pela sociedade brasileira. Podemos observar a composição do corpo docente da FCEA e a relação entre as disciplinas voltadas para o direito e para a economia.

“O Regulamento da Faculdade estabelecido em 1947 distribuía as 22 Cadeiras pelas seguintes áreas: Matemática e Estatística (4), Contabilidade (4), Geografia, História e Sociologia (3), Direito (5), Administração (2) e Economia (4), reafirmando o peso da formação jurídica. No curso de Ciências Econômicas, a presença de disciplinas jurídicas era menor (apenas duas), porém a ênfase jurídica poderia ser estendida a outras disciplinas (como Ciência das Finanças)”. (Saes e Marques de Saes, 2021)

Por outro lado, podemos observar a carência de cadeiras voltadas para matérias quantitativas, como a estatística e econometria, pilares fundamentais para a construção de modelos econométricos, a fim de criar teorias e estudos a partir de análises temporais, resultando em análises dos resultados e sua interferência sobre o contexto social das políticas econômicas adotadas ao decorrer do tempo.

Nos primeiros anos, a Faculdade teve baixo número de alunos ingressantes devido à pouca fama e à exigência de uma nota mínima no vestibular para aprovação, que eliminava muitos candidatos. Em 1955, por exemplo, apenas 54 dos 121 candidatos foram aprovados para as 100 vagas disponíveis. Além disso, no curso de Ciências Contábeis e Atuariais, havia poucos alunos porque muitos já possuíam formação como peritos-contadores no Ensino Comercial, não vendo atrativo em obter um novo diploma que não ampliaria suas prerrogativas profissionais. Nos primeiros anos de funcionamento, apenas 10 dos 16 alunos que ingressaram em 1946 se formaram em 1949.

Apesar de ter ocorrido um incremento progressivo no número de estudantes que ingressaram e se formaram nos anos subsequentes, a magnitude desse aumento não foi expressiva. Em média, nas quatro turmas seguintes (1947-1950), houve a admissão de 25 alunos para as 60 vagas disponíveis, contudo, apenas 13 conseguiram concluir o curso em média.

A composição do corpo docente era bem maior quando comparado ao de alunos, e muitos professores tinham pouca dedicação com as atividades da FCEA. Em 1956, houve uma greve dos estudantes recomendando melhorias na organização do curso, em especial quanto ao currículo, em razão da ausência de disciplinas específicas da área e exigindo maior dedicação de professores.

Muitos professores exerciam atividades de planejamento e gestão dos negócios públicos e privados, paralelamente às atividades da FCEA. Por isso, há reivindicação por parte dos estudantes acerca da dedicação dos professores com o curso. Porém, o cenário de industrialização e as medidas político-econômicas da época, demandavam um alto número de profissionais altamente qualificados, dificultando o intermédio dos docentes entre suas atividades universitárias e pessoais profissionais.

A implantação do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek nos anos 1950, levou à instalação de empresas de maior porte, assim como o aumento das taxas de inflação, o que evidenciava a importância de técnicas de planejamento econômico.

Dessa forma, tornava-se claro para os estudantes de Economia e também para muitos docentes a necessidade da reformulação do currículo a fim de dotar os formandos com elementos teóricos e instrumentos técnicos para enfrentar os desafios que a profissão propunha naquele momento. (SAES, A. e MARQUES, F.). Podemos citar como exemplo as disciplinas como Macroeconomia, Desenvolvimento Econômico, Planejamento, Análise de Projetos que estavam ausentes da grade curricular do curso de Ciências Econômicas.

4.2 A reforma de 1964 para consolidação da FCEA-USP

Nos anos 1950 a economia brasileira crescia rapidamente, em contraste com o cenário de 1960, que estava em desaceleração devido à inflação que se intensificara na virada da década. Em 1964, o governo implementou o Paeg (Plano de Ação Econômica do Governo) para combater a inflação, mas com impacto recessivo. O crescimento econômico acelerou a partir de 1968, fortalecendo a presença de grandes empresas, especialmente multinacionais. Reformas institucionais, como a Reforma Bancária e do Mercado de Capitais, ampliaram o papel das instituições financeiras na economia. Essas mudanças geraram um maior interesse público por questões econômicas e demandaram uma formação mais especializada para os economistas.

Dentro desse cenário econômico brasileiro, a pressão sofrida pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA-

USP), por seus docentes, para a reforma na grade curricular do curso de economia, confrontava com a realidade da conjuntura econômica brasileira, a respeito da crescente demanda tanto no setor público, quanto no privado, por economistas e profissionais qualificados, com conhecimento amplo da teoria econômica moderna, o que até então não era de fato estabelecido na grade curricular de Ciências Econômicas da FCEA.

Em 1964, uma reforma significativa foi implementada no curso de Ciências Econômicas, como parte das transformações mais amplas na economia brasileira. Essa reforma teve um impacto direto no currículo do curso, resultando em mudanças abrangentes para atender às demandas e necessidades do cenário econômico da época.

Essa reforma trouxe consigo mudanças significativas no curso de Ciências Econômicas. Um ponto destacado foi a criação de novas disciplinas que passaram a fazer parte do currículo, como Análise Macroeconômica, Análise Microeconômica, Teoria do Desenvolvimento Econômico, Programação Econômica, Política Econômica, Econometria e Economia Brasileira. Essas disciplinas foram introduzidas para abordar de forma mais aprofundada os aspectos econômicos relevantes da época.

Além disso, a reforma também permitiu uma reestruturação da oferta de cursos na área econômica. Novos cursos de graduação, como Administração de Empresas e Administração Pública foram criados e somaram-se aos cursos existentes em Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais.

A ampliação do currículo do curso implica diretamente no aumento pela demanda de docentes preparados para compartilhar seus conhecimentos teóricos e práticos sobre a ciência econômica. Alexandre Saes e Flávio Marques enfatizam as mudanças ocorridas no corpo docente da FCEA-USP, principalmente no curso de economia.

“Também houve uma mudança no perfil dos docentes, como sugerem os dados referentes ao curso de Ciências Econômicas: em 1946, do total de 37 docentes, 19 tinham origem na Faculdade de Direito e 13 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1955, do total de 54 docentes, 23 provinham do Direito, 18 da Faculdade de Filosofia e agora seis da Economia. Já em 1969, predominavam os economistas (62 no total de 123), grande parte graduados na própria FCEA; 24 graduados em Direito e 19 na Faculdade de Filosofia” (SAES, A., MARQUES, F, 2021, p37).

Vale evidenciar que a criação de novos cursos e a ampliação do corpo docente estão associados ao aumento do corpo docente na FCEA, visto o crescente interesse da sociedade pelas profissões não só de economista, mas também de contador, administrador e atuário, que percebiam a crescente visibilidade do economista, administradores e contadores na gestão das grandes empresas públicas e privadas.

Diante das reformas estruturais FCEA, podemos observar que os anos 60 também é marcado pela participação crescente de professores da FCEA na administração pública. Um exemplo notável é o Prof. Antonio Delfim Netto, que ocupou cargos importantes, como Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo

(1966/1967) e posteriormente como Ministro da Fazenda. Nessa época, diversos professores da FCEA assumiram posições de destaque tanto no governo estadual de São Paulo quanto no governo federal. Essa maior inserção dos docentes da FCEA na administração pública reflete o reconhecimento de sua experiência e contribuição para o desenvolvimento econômico do país.

No próximo capítulo veremos com mais detalhes a trajetória do economista Antonio Delfim Netto e seu papel importante na consolidação do campo econômico brasileiro, que se inicia como discente da USP, sua atuação na esfera pública e privada, sua docência na FEA e contribuição para o arcabouço científico econômico brasileiro.

Capítulo 5 - A trajetória de Antonio Delfim Netto e sua contribuição para o campo da economia

5.1 Antônio Delfim Netto: dados biográficos

Do início da educação primária até a conclusão do ensino médio, Antonio Delfim Netto deu os primeiros passos no Liceu Siqueira Campos, direcionando seu caminho para a Escola Técnica de Comércio Carlos de Carvalho. Em 1946, ele se graduou como Contador, um título que na época não exigia formação superior. Já nessa época, escrevia sobre economia para os jornais “Folha da Tarde” e “O tempo” (ABREU ET AL., 2010). Com o objetivo de avançar em sua formação, ingressou na Universidade de São Paulo em 1948, onde optou pelo curso de Economia na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, também conhecida como FCEA.

Em 1952, logo depois de formado, tornou-se o segundo assistente da Cadeira de Estatística I. Chegou, por concurso, a professor catedrático em 1963, sendo de sua cadeira as disciplinas Análise Macroeconômica, Contabilidade Nacional, Teoria do Desenvolvimento Econômico, Economia Brasileira e Planejamento Governamental. Foi o primeiro aluno da FEA a tornar-se um de seus catedráticos. (MACEDO, R. 2001).

Em 1953, ele deu aulas de Matemática Aplicada a economistas da Bolsa de Mercadorias de São Paulo. (HESPANHOL, 2007). As primeiras contribuições técnicas de Delfim Netto na área da economia foram divulgadas por meio dos boletins mensais publicados por essa instituição. Foi nesses boletins que ele compartilhou seus primeiros trabalhos e estudos relacionados ao campo econômico.

Vale ressaltar que entre os anos 1930-64, Delfim Netto se estabelecia entre um dos principais produtores de obras voltadas para a área de estudo da economia, tendo como destaque 12 artigos publicados nas principais revistas de economia do país, sendo 6 deles no “Digesto Econômico (SP)”, 5 na “Revista de Ciências Econômicas (SP)” e 1 na “Revista Econômica Brasileira (RJ)”. (LOUREIRO, M. 1997, p.40) Além dos artigos, 6 livros de Delfim foram publicados durante esse período, mais adiante analisaremos um dos capítulos do livro “O Problema do Café no Brasil”, obra que foi produzida como sua tese de doutorado.

Além dos trabalhos acadêmicos, Antonio Delfim Netto exerceu atividades como consultor, tanto no setor privado quanto no setor público, ao mesmo tempo em que desenvolvia sua carreira acadêmica na USP. Em 1966, assumiu o cargo de Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e, no ano seguinte, ocupou o posto de Ministro da Fazenda, o qual deixou em 1974. Delfim foi ministro durante o período conhecido como 'Milagre Econômico', sua participação foi de extrema importância devido aos altos níveis atingidos pelo PIB do país na época.

Delfim Netto estaria mais alinhado com a corrente desenvolvimentista não nacionalista em seu pensamento econômico, defendendo que o país poderia se beneficiar dos investimentos de capital estrangeiro em setores específicos da economia, como mineração, energia e transporte. Esses setores eram caracterizados pela falta de recursos financeiros suficientes por parte do capital privado nacional para realizar tais investimentos.

Desde sua formação como aluno no curso de Economia da FEA/USP até sua ascendência como Professor Catedrático, Delfim deixou sua contribuição teórica à Ciência Econômica exercendo um papel de liderança na construção de uma análise econômica dominante entre os economistas de São Paulo durante os anos de 1960 e 1970. Através de sua liderança acadêmica e política, coordenando projetos junto ao governo de São Paulo e mais tarde assumindo cargos na esfera federal, Delfim auxiliou na implementação da moderna teoria econômica como instrumento de análise da economia brasileira, seu conhecimento estatístico e econométrico fazia com que suas análises fossem cada vez mais bem elaboradas e fundamentadas, se utilizando de recursos matemáticos da economia moderna da época.

5.2 Os instrumentos da Economia Moderna na obra *O Problema do Café no Brasil*

O Problema do Café no Brasil foi uma obra escrita por Antonio Delfim Netto como sua tese de doutorado para FEA-USP. Delfim elucida a dinâmica do mercado cafeeiro do Brasil, enfatizando os ciclos do café no Brasil Império sem e com intervenção governamental, até as movimentações do café na economia brasileira e internacional até meados dos anos 60.

Delfim utiliza de modelos econométricos e estatísticos para um melhor entendimento acerca da economia cafeeira, como se dava a oferta de café no mercado interno e externo, o comportamento dos preços internacionais do café e como a taxa de câmbio afetava os preços, a influência das políticas governamentais no preço do café e o comportamento do Brasil diante de seus concorrentes no mercado internacional cafeeiro.

Para elucidar a contribuição de Delfim Netto na transformação das análises econômicas utilizando de instrumentos da economia moderna, analisaremos a seguir o capítulo 5, "Um Modelo do Mercado Cafeeiro", do livro *O Problema do Café no Brasil*.

5.3 Análise dos instrumentos de economia moderna

A análise do mercado cafeeiro por Antonio Delfim Netto leva em consideração a identificação das variáveis econômicas a partir da história, configurando uma elaboração precisa acerca do comportamento do mercado cafeeiro brasileiro.

Compreender completamente o problema do café e suas implicações na economia nacional é difícil sem estudar cuidadosamente sua história. É através dessa observação que eventualmente nascerá um modelo abrangendo as variáveis mais importantes do fenômeno econômico e que nos permitirá compreendê-lo mais profundamente. (NETTO, A. 2009).

Delfim Netto enfatiza que a história possibilita a identificação das variáveis econômicas que influenciam no modelo econômico a ser estudado, a identificação das mesmas auxilia na reconstituição das séries históricas, podendo assim, construir modelos matemáticos a partir do comportamento dessas variáveis no tempo, formando uma análise mais precisa acerca da política do café no Brasil.

No capítulo 5, "Um Modelo do Mercado Cafeeiro", do livro *O Problema do Café no Brasil*, primeiramente Delfim analisa o fator biológico do período de vida do pé de café, visto que o café demora em torno de 4 anos para gerar frutos. Para alguns, esse detalhe pode ser simples, porém faz total diferença quando se analisa a safra do café, visto que um cafezal dará sua safra após 4 anos do plantio, um acontecimento futuro, onde se pode estimar a safra brasileira depois desse tempo.

A fundamentação de modelos econométricos e estatísticos no estudo da economia possibilitou a análise do ciclo de vida do cafezal e sua expectativa de vida, para o cálculo do número aproximado de pés de café em um ano determinado, para chegar ao número aproximado da quantidade de pés de café em uma determinada safra. A partir disso podemos visualizar e classificar com mais clareza a dimensão de uma safra e sua projeção de expectativa de safra futura.

A projeção de um modelo que discute o comportamento do mercado cafeeiro no mercado internacional leva em consideração a análise macroeconômica, a relação comercial do café brasileiro com seus concorrentes e como o Brasil consegue, de certa forma, manipular o preço do café e como seus concorrentes se beneficiam dessa manobra, visto que as políticas de desvalorização cambial auxiliam na valorização artificial dos preços, fazendo com que seus concorrentes conseguissem, também, se aproveitarem dessa valorização, vendendo seu café mais caro no mercado internacional. Podemos salientar que a macroeconomia foi introduzida como instrumento econômico por volta dos anos 30-40, a análise das variáveis macroeconômicas condiz com o estudo da economia moderna, através de análises mais detalhadas sobre o cenário econômico em questão.

Esses modelos matemáticos, auxiliaram a formação e implementação dos instrumentos da economia moderna no Brasil, a fim de implementar uma análise detalhada acerca das particularidades do nosso sistema econômico e como implementar mudanças significativas para nosso desenvolvimento.

A análise do mercado cafeeiro por Antonio Delfim Netto e a compreensão das variáveis econômicas essenciais à economia brasileira foram fundamentais para o surgimento e aprimoramento do curso superior de Ciências Econômicas no Brasil. Delfim Netto demonstrou a importância de estudar a história do mercado cafeeiro para elaborar modelos matemáticos e econométricos que permitissem uma análise mais precisa e profunda das políticas econômicas relacionadas ao café. Essa abordagem histórica e analítica também possibilitou identificar instrumentos macroeconômicos para promover o desenvolvimento econômico do país. Sua trajetória como economista influente e sua atuação como Ministro da Fazenda durante o período do "Milagre Econômico" fortaleceram seu papel como exemplo e referência para a nova geração de economistas no Brasil.

Em resumo, a contribuição de Antonio Delfim Netto no estudo do mercado cafeeiro e no desenvolvimento de modelos econômicos destacou a relevância da história e das variáveis econômicas no ensino de economia. Seu trabalho influenciou positivamente a formação de economistas brasileiros e proporcionou uma análise mais aprofundada do sistema econômico do país, consolidando assim o curso de Ciências Econômicas como uma disciplina crucial para compreender e atuar na economia nacional.

BIBLIOGRAFIA

BIELSCHOWSKY, R. A Ideologia do Desenvolvimento: Brasil, 1930-1964 In: LOUREIRO, M. R. **50 Anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996)**. São Paulo: FGV, 1997, p.71-107.

CANABRAVA, A. **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo**: as condições sociais, econômicas e políticas da Fundação. São Paulo: Dr. José Augusto Guagliardi, 1984.

CASTRO, Roberto Carlos de. Economista: histórico sobre a formação, profissão e legislação. **COFECON**, 2020. Disponível em: <https://www.cofecon.org.br/2020/08/13/artigo-economista-historico-sobre-a-formacao-profissao-e-legislacao/#:~:text=A%20despeito%20de%201909%20ser,que%20homologou%20o%20ensino%20de>. Acesso em 10/01/2023

Hespanhol, G. **Um estudo sobre o pensamento econômico de Delfim Netto**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História Econômica), Universidade de São Paulo, 2017.

LOUREIRO, M. R. Os Economistas no Governo. São Paulo: FGV, 1997.

MACEDO, R. Antonio Delfim Netto. Revista Estudos Avançados: Dossiê Desenvolvimento Rural, v.15, n.43, 2001.

NETTO, A. **O Problema do Café no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2009.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Unesco, 2002.p.31-42.

SAES, A.; MARQUES, F. FEA 75 anos: visão de conjunto. **A História da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo nos anos 1981-2021**. São Paulo: USP, 2021, p. 29-99. (p. 34)

SAES, F.A.M.; CYTRYNOWICZ, R. O ensino de economia e as origens da profissão de economista no Brasil. **Locus – Revista de História**, v. 6, n.1, 2000.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. Revista Educação Pública, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 15/01/2023.